



FEBRABAN

31º



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Socioambiental:

Caminhos para uma Política Empresarial

Caros (as) Leitores (as)

Desde 2007, as ações para estimular a consciência socioambiental encabeçam as discussões de um evento promovido pela FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos – conhecido como “Café com Sustentabilidade”. Trata-se de uma oportunidade ímpar para que representantes de bancos associados, organizações sociais e governamentais, federações e empresas públicas e privadas manifestem sua opinião sobre práticas sustentáveis para o planeta.

A partir desses encontros, a FEBRABAN organiza a publicação de uma série de Cadernos com o intuito de disseminar e multiplicar as experiências e os conhecimentos oriundos desse debate.

A seguir, você conhecerá o conteúdo apresentado em 20 de março de 2013, durante o 31º Café com Sustentabilidade, quando a GRI (Global Reporting Initiative) assinou um acordo de cooperação técnica para capacitar instituições financeiras no desenvolvimento de suas próprias Políticas de Responsabilidade Socioambiental e na emissão dos respectivos Relatórios Anuais.

Boa leitura!

Comissão de Responsabilidade Social
e Sustentabilidade - FEBRABAN



Apresentação

Na 31ª edição do Café com Sustentabilidade, a FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) e a GRI (Global Reporting Initiative) fizeram um anúncio de grande importância para o setor financeiro: os dois órgãos assinaram um acordo de cooperação técnica para capacitar instituições financeiras no desenvolvimento de suas próprias Políticas de Responsabilidade Socioambiental e na emissão dos respectivos Relatórios Anuais. A capacitação ocorre num momento em que o Banco Central se prepara para soltar uma nova regulação sobre o tema (Edital de Consulta Pública 41/2012).

O Workshop da FEBRABAN para as instituições financeiras foi planejado para ocorrer no período de três meses, sendo 1 aula/mês, na sede do INFI (Instituto FEBRABAN de Educação) – entidade parceira da iniciativa, que se responsabilizará por toda a infraestrutura necessária ao projeto. De forma estruturada e prática, esses encontros têm como objetivo apresentar os conceitos de sustentabilidade, os requerimentos e formas de estabelecer uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), além de ensinar aos seus participantes a maneira adequada para avaliar seus impactos e elaborar seus respectivos relatórios.

Entre os assuntos elencados para o Workshop, destacam-se: “O cenário mundial, a economia e a sustentabilidade”; “O aparato legislativo e regulatório brasileiro sobre meio ambiente e sustentabilidade”; “As diversas iniciativas, acordos e protocolos nacionais e internacionais da sustentabilidade que impactam os negócios”; “Importância, capítulos, consequências, riscos e oportunidades de uma PRSA”; e outros temas de grande relevância, incluindo a apresentação de casos de sucesso trazidos por empresas convidadas.

Com o tema “Responsabilidade Socioambiental: Caminhos para uma Política Empresarial”, o 31º Café com Sustentabilidade contou ainda com as palestrantes Leontien Plugge, diretora sênior da GRI, e Sonia Favaretto, diretora de Sustentabilidade da BM&FBOVESPA.



WILSON ROBERTO LEVORATO

“A responsabilidade socioambiental é um dos temas mais relevantes na estratégia de todas as instituições financeiras. Não existe nenhuma empresa que não vincule esse assunto as suas operações e aos seus negócios hoje em dia.” A definição, proferida pelo vice-presidente executivo da FEBRABAN, Wilson Roberto Levorato, abriu a 31ª edição do Café com Sustentabilidade para uma plateia repleta de representantes do setor financeiro, interessada em conhecer mais sobre o Workshop que vai ensinar como criar uma política empresarial alinhada com as práticas socioambientais.

Levorato agradeceu a presença de todos e adiantou que o encontro daquele dia trataria da governança nas instituições financeiras, para que as metas do negócio e o dia-a-dia das operações consigam dialogar e respeitar os aspectos sociais e ambientais da empresa. “Os bancos estão muito alinhados sobre essa necessidade e a prova disso é que, em todas as reuniões da diretoria da FEBRABAN, nossa pauta traz esse tema”, afirmou.

Para Fabio Moraes, diretor do INFI (Instituto FEBRABAN de Educação), é uma grande oportunidade apoiar uma iniciativa tão importante para as instituições financeiras. “Para nós do INFI, a educação é realmente uma prioridade e, por isso, estamos felizes por desenvolver o projeto do Workshop capacitando as pessoas numa área que é hoje tão estratégica para todos os setores econômicos”, disse. “O Instituto foi criado o ano passado e, portanto, é uma entidade nova que acaba de receber essa incumbência de tanta responsabilidade. Nós só podemos nos sentir muito honrados com esse compromisso. Obrigado a todos.”

FABIO MORAES





MÁRIO SÉRGIO VASCONCELOS

O diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, Mário Sérgio Vasconcelos, trouxe os detalhes sobre o Workshop que visa ensinar como elaborar uma política socioambiental às instituições financeiras – bancos de investimento, bancos comerciais pequenos, médios ou grandes, públicos ou privados, financeiras, corretoras e demais entidades reguladas pelo Banco Central que serão certamente abrangidas pela nova regulação do Bacen. “Esse é o objetivo central do Workshop: capacitá-las a desenvolver suas próprias políticas, respeitando as particularidades de cada organização como o seu porte, mercado em que atua, complexidade e linhas de negócios. Também vamos habilitá-las para que reportem os resultados dessa política conforme a exigência prevista na próxima regulação do Banco Central.”

Segundo ele, esses tópicos serão apresentados de forma estruturada, prática, didática e com alguns cases importantes para a apreciação dos participantes da capacitação. “Traremos empresas muito bem conceituadas,

executivos do mercado com absoluta maturidade e larga experiência nesse processo”, disse. O Workshop acontecerá em três meses, numa aula de um dia inteiro, das 9 às 18h, uma vez por mês.

No primeiro dia, 5 de abril, o tema de abertura foi o cenário mundial, a economia, a sustentabilidade e como essas coisas conversam entre si. “Discutiremos o aparato legislativo e regulatório brasileiro sobre o meio ambiente e a sustentabilidade e tivemos uma enorme surpresa ao conhecer as diversas iniciativas, os acordos e protocolos nacionais e internacionais – muitos deles voluntários – os riscos e as oportunidades da política de responsabilidade socioambiental existentes no Brasil e no mundo”, declarou.

O segundo workshop, que foi realizado em 3 de maio, falou da sustentabilidade na prática, com cases de sucesso e conceitos básicos do relato de sustentabilidade, além dos impactos positivos e negativos na estratégia da organização e seus stakeholders; os temas



materiais e seus indicadores; a asseguarção das informações; a discussão de projeto acadêmico para a construção de uma Política de Responsabilidade Socioambiental; e o Relatório de Sustentabilidade. Entre os palestrantes e as empresas convidadas estão: Natura; Laboratórios Fleury; Ernest & Young Terco; PwC; KPMG; BSD; Bloomberg; Reuters; Maria Eugênia Buosi e Rafael Antonelli (Resultante Consultoria Estratégica) e Catarina Bronstein (GRI – Global Reporting Initiative).

Por fim, o terceiro e último (07 de junho) dia trouxe à tona a discussão de como os bancos, as seguradoras, os investidores e demais agentes financeiros utilizam os relatórios e como esses agentes relacionam essas informações com a valoração das empresas e decisões de investimentos. Além disso, essa data ficou dedicada à consolidação dos principais aprendizados sobre Políticas de

Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e à apresentação dos trabalhos – um exercício fictício de criação de um relatório – pelos participantes. Palestrantes e empresas convidadas: Ecorodovias; Brasken; Bradesco Asset (Joaquim Levy); PREVI (Acyr Xavier Moreira); Roberto Dumas (Itaú BBA); Adriana Boscov (Sulamerica); Glaucia Térreo e Catarina Bronstein (GRI – Global Reporting Initiative).

“Ao final desse Workshop, a intenção é de que as pessoas saibam exatamente a quem, como e onde procurar o aprofundamento das informações sobre cada um dos temas tratados”, disse o diretor. “Queremos que os participantes saiam habilitados para levar o conhecimento para dentro de suas organizações e fazer as provocações junto às diversas áreas da empresa – já que essa questão é absolutamente transversal e não é propriedade de nenhuma área específica”, concluiu Mário Sérgio.

LEONTIEN PLUGGE

Diretora sênior da GRI



Em uma brilhante apresentação, a diretora sênior da GRI, Leontien Plugge, cumprimentou a todos e iniciou sua palestra falando dos desafios para quem precisa aprender mais sobre os Relatórios de Sustentabilidade. O que é esse documento? Para quem ele se destina? Por que fazê-lo?

Segundo ela, nenhuma outra geração tem enfrentado tanto os desafios socioambientais que assistimos hoje em nosso planeta. “Hoje, a humanidade utiliza o equivalente a ‘1 planeta e meio’ para proporcionar os recursos que nós utilizamos no dia-a-dia ou para absorver os resíduos produzidos. Isto significa que, agora, a Terra leva um ano e seis meses para regenerar o que usamos em 365 dias. Moderados cenários da ONU sugerem que se a população atual e as tendências de consumo continuarem, por volta do ano de 2030, vamos precisar do equivalente a dois planetas Terra para nos apoiar”, sentencia.

Para a diretora sênior da GRI, à medida que caminhamos para uma população mundial de 9 bilhões até 2050, precisamos encontrar uma maneira de viver dentro dos limites de um único planeta. “Afinal, daqui a quatro décadas, nossos filhos vão ter a mesma idade que temos agora e a pergunta que eu deixo a vocês é: em que mundo eles vão viver?” Ela lembra que embora tenha havido uma desaceleração do crescimento nas economias do hemisfério Norte (Europa e Estados Unidos) nos últimos anos, assistimos, ao mesmo tempo, um crescimento expressivo em países como o Brasil, a Rússia, a China e a Índia, porém, cada um a sua maneira. O “Relatório Stern sobre a Economia das Mudanças Climáticas” estima que os efeitos na alteração do clima por conta do crescimento nas últimas décadas terá um impacto maior do que as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão combinados. Para Leontien Plugge, os ecossistemas (poluição, clima, biodiversidade) e a base de recursos naturais (água, energia, metais e minerais, alimentos) estão danificados e seus estoques seguem em declínio, a despeito dos debates sobre sustentabilidade e direitos humanos ocorridos mundialmente.



“É por isso que existe o GRI: para promover uma resposta colaborativa e positiva frente aos desafios de sustentabilidade que enfrentamos”

Mas a diretora sênior da GRI acredita que todas essas questões podem ser resolvidas pelas comunidades, cada vez mais interdependentes e conectadas, a partir da utilização de normas internacionalmente sustentáveis e acordadas entre vários países. “É por isso que existe o GRI: para promover uma resposta colaborativa e positiva frente aos desafios de sustentabilidade que enfrentamos”, diz. “Com essas diretrizes, conseguiremos

produzir relatórios e desenvolver uma prática de sustentabilidade padrão, impulsionando, assim, uma mudança em prol de uma economia global mais sustentável.”

Em sua palestra, Leontien Plugge abordou a carência de recursos hídricos no planeta, o crescimento da produção de resíduos, o aumento populacional, as questões sobre pobreza e desigualdade, e fez uma menção à frase do professor, escritor e consultor de gestão Peter Drucker: “O que você não pode medir, você não consegue controlar. E se não há possibilidade de controlar, você não poderá nunca mudar”.

“Como, então, um relatório de sustentabilidade pode ajudar?”, perguntou Leontien Plugge. “Bem, esses documentos também são conhecidos como ‘triple bottom line’, ou relatórios de responsabilidade corporativa, relatórios de desempenho não financeiro e outras denominações”. Mas o importante é saber que esses relatórios são capazes

de proporcionar às partes interessadas, internas e externas de uma empresa ou organização, o conhecimento sobre o seu desempenho respeito do meio ambiente, tais como suas matrizes energéticas, o uso da água, as emissões de gases de efeito estufa e as questões de direitos humanos. “Estas informações são fundamentais para ajudar os investidores, clientes, funcionários, ONGs e outras comunidades a entender a capacidade de uma empresa para gerir o risco de sustentabilidade e de competir em um mundo com recursos cada vez mais limitados”, definiu.

Para ela, quanto mais houver transparência por meio desses relatórios, maiores serão as obrigações de sustentabilidade nas organizações individuais e, em última análise, na economia global. Leontien Plugge citou ainda um estudo da KPMG International sobre os Relatórios de Responsabilidade Corporativa em 2011. As conclusões da pesquisa foram de que os relatórios de responsabilidade corporativa tornaram-se uma obrigação legal para o fechamento de negócios e que suas informações aumentaram o valor financeiro da companhia. Além disso, o estudo detectou que os relatórios econômicos e de sustentabilidade aparecem cada vez mais no formato de Relatos Integrados.

A diretora sênior do GRI disse também que os relatórios são importantes para medir o impacto de sustentabilidade de uma empresa. Ele pode ajudar as organizações a:

- Gerenciar as mudanças necessárias (internas e externas) de uma companhia;
- Identificar formas para reduzir o uso de recursos;
- Comunicar melhor os valores respeitados pela organização; e
- Facilitar a obtenção de licenças para operar num determinado projeto.

Na visão da GRI, uma economia global sustentável é aquela onde as organizações são capazes de gerenciar seu desenvolvimento econômico, desempenho ambiental, social, de governança e os impactos de seu negócio de forma responsável e com informações transparentes. “Nosso objetivo é fazer com que os relatórios com o padrão GRI se tornem tão comuns quanto os relatórios financeiros atuais, e é por isso que sempre estaremos sempre à disposição para dar orientação e apoio às organizações”, diz a diretora.

Leontien Plugge comentou sobre o G4, a quarta geração para os relatórios GRI, que visa melhorar a qualidade técnica, com definições mais claras e harmônicas entre as exigências atuais e novos instrumentos de disclosure, visando o aumento da transparência e da comparabilidade com dados financeiros. Segundo ela, o desenvolvimento das novas diretrizes no G4 é influenciado por alterações no campo de informação, tais como a introdução de novos conceitos, modernas tendências, ferramentas e demandas de novos players.

“O cenário dos relatórios de sustentabilidade está evoluindo, o que influenciou a introdução de novas orientações da GRI às organizações. Mais do que nunca, as partes interessadas – incluindo reguladores, investidores, agências



de classificação de risco e as ONGs – estão pedindo dados não-financeiros às empresas”, comenta. Por essa razão, a próxima geração do GRI (G4) tende a atender às novas exigências de sustentabilidade. O novo documento também deve melhorar o conteúdo das orientações atuais (G3 e G3.1), reforçando definições técnicas e trazendo maior clareza para facilitar o trabalho de consulta por jornalistas, auditores e usuários em geral. “Os desafios atuais de sustentabilidade e as novas tecnologias estão criando uma demanda sem precedentes para a informação, a fim de garantir uma visão real do desempenho do negócio”, resume a diretora.

Por fim, Leontien Plugge abordou a questão dos Princípios do Equador, lançados em 2003, que consistem num padrão para as instituições financeiras para a gestão de risco ambiental e social no mercado de financiamento de projetos. “Os Princípios do Equador são uma série de requisitos sociais e ambientais aplicadas aos contratos financeiros acima de um determinado valor do empréstimo (US \$ 10 milhões) frequentemente utilizado para financiar o desenvolvimento e a construção de grandes obras de infraestruturas ou plantas industriais. Com ele, é possível identificar os riscos socioambientais envolvidos numa grande

construção ou adaptação de uma planta industrial, por exemplo”, diz.

Atualmente, 78 instituições financeiras em 32 países adotam oficialmente os Princípios do Equador, abrangendo mais de 70% dos créditos concedidos internacionalmente para os mercados emergentes. No Brasil, cinco instituições financeiras adotam os Princípios do Equador: Banco Bradesco, Banco do Brasil, Banco Pine, a Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco (o Unibanco foi o primeiro banco brasileiro a se tornar signatário dos Princípios, em junho de 2004). Entre os bancos internacionais que operam no Brasil, destacam-se o Citi, HSBC e Santander como signatários. Na América Latina existem 11 instituições financeiras adotando os Princípios ou 14,1% do número total das instituições financeiras que seguem essas normas no mundo.

Sobre a parceria entre a GRI e a FEBRABAN, Leontien Plugge comentou que o objetivo da iniciativa é aumentar a conscientização sobre a responsabilidade social e ambiental nos bancos no Brasil. “Nosso foco são as instituições financeiras do País que ainda não possuem políticas socioambientais definidas ou tampouco sabem como relatar essas práticas para as pessoas interessadas”, declarou. “Temos certeza de que sairemos vitoriosos nessa missão.”





SONIA FAVARETTO

A diretora de Sustentabilidade da BM&FBOVESPA, Sonia Favaretto, iniciou sua palestra parabenizando a FEBRABAN pela parceria com a GRI, o que, para ela, demonstra a seriedade das duas instituições. “Quando a gente anda junto de boas pessoas, em boa companhia, só podem vir boas coisas”, brincou. Sonia lembrou que BM&FBOVESPA é a terceira maior bolsa do mundo, em valor de mercado, com diversas credenciais de sustentabilidade: foi a primeira Bolsa do mundo a se tornar signatária do Pacto Global da ONU em 2004. Foi também pioneira entre as bolsas de valores de mercados

emergentes a se tornar signatária do PRI – Princípios para o Investimento Responsável. “Além disso, fomos eleitos a Bolsa mais Sustentável da América Latina (Best Sustainable Stock Exchange 2012) pelo Exchanges & Brokers Awards, da revista financeira inglesa World Finance”, acrescentou.

Sonia mencionou ainda a visibilidade que o crescimento econômico do Brasil vem conquistando nas capas de revistas internacionais, como a The Economist e a Newsweek, e o quanto essa percepção dos estrangeiros tem resultado em oportunidades

“Quando a gente anda junto de boas pessoas, em boa companhia, só podem vir boas coisas.”

para o País falar sobre suas práticas de sustentabilidade lá fora. Nessas ocasiões, Sonia costuma contextualizar a postura do Brasil em relação ao tema com alguns dados:

- o número de empresas e organizações filiadas ao Instituto Ethos, que foi o precursor desse movimento, saltou de 200 filiações (em 2000) para 1.508 (em 2013);
- em 2006, havia 92 empresas brasileiras signatárias do Pacto Global, e esse número subiu para 524 em 2013;
- o Brasil é o País emergente com maior número de instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador (há 5 instituições brasileiras no total de 78);
- o Dow Jones Sustainability Index apresentou um crescimento de 4 empresas brasileiras, em 2002, para 15 companhias em 2013.
- das 2.100 corporações signatárias do GRI, 215 companhias (declaradas) são brasileiras.

A diretora acredita que, por trás desses números, exista uma mensagem de liderança e protagonismo do Brasil nas questões de sustentabilidade. “Represento o mercado de capitais brasileiro e, portanto, nosso principal interlocutor é o investidor e o analista”, afirmou Sonia lembrando que, nos Estados Unidos, 12% do total de ativos da indústria de fundos vão

para ativos de empresas que cumprem uma determinada política socioambiental, isto é, eles seguem alguma variável de investimento socialmente responsável. Na Europa, esse percentual chega a 17,5%. Mas, no Brasil, isso é menos de 1%.

Para Sonia, o fato de a Bolsa de Valores ser considerada um centro de informações em que os investidores e analistas buscam referências sobre as empresas aumenta sua responsabilidade em cobrar transparência das empresas listadas também sobre as informações de sustentabilidade. Ela citou outras entidades que também têm iniciativas nestas linhas, como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e o CODIM, entre outras. “Agora, chegou a vez de o Banco Central também apresentar suas exigências de uma Política Socioambiental, que certamente será prontamente atendida, pois o setor financeiro tem grande experiência em se adaptar às novas exigências.”

Na Bolsa, a diretoria de Sustentabilidade publicou o Guia “Novo Valor – Sustentabilidade nas Empresas sugerindo 13 passos para orientar as companhias listadas em como exercer uma política de responsabilidade socioambiental. A Bolsa também lançou em 2011 o “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou similar”. “Hoje, temos 253 empresas listadas, de um universo de 400 e poucas companhias, ou seja, um pouco mais da metade, que relatam suas informações não financeiras ou explicam o porquê de ainda não o fazerem.” Ela lembrou ainda que todas as empresas candidatas à carteira do ISE (Índice de

Sustentabilidade Empresarial) são convidadas a autorizar a publicação das respostas do questionário. “Não condenamos as companhias que não abrem essa informação, mas incentivamos esse disclosure com muita ênfase, pois entendemos que esse movimento é importante para o mercado. Os investidores valorizam essa abertura”, afirmou.

Sonia também apresentou um gráfico mostrando o desempenho da carteira do ISE em comparação ao índice Ibovespa, desde a criação do ISE, em 2005. Pelos números, foi possível perceber que os dois indicadores andavam muito próximos nos primeiros anos, mas houve um “descolamento” dessa curva em 2008, em meio à crise econômica mundial: as empresas do ISE tiveram uma perda menor em relação às companhias listadas no Ibovespa. E, desde maio de 2011, o ISE tem performado consistentemente acima do Ibovespa. “Fica aqui uma mensagem fundamental aos investidores: quem segue o ISE pode contar com uma espécie de proteção ao risco em momentos de crise”, explicou.



Na “Rio +20”, a BM&FBOVESPA em parceria com a NASDAQ OMX, Johannesburg Stock Exchange (JSE), Istanbul Stock Exchange (ISE) e Egyptian Exchange (EGX) assinaram um acordo voluntário no âmbito do PRI, UNCTAD, UNEP-FI e Pacto Global, denominado Sustainable Stock Exchanges. Basicamente, essas cinco plataformas assumiram o compromisso de dialogar com investidores estimulando o investimento responsável, bem como atuar junto às empresas listadas para a adoção de boas práticas e divulgação de informações socioambientais. Para outras informações sobre o que as Bolsas de Valores têm feito sobre sustentabilidade, Sonia informou que existe o relatório “Sustainable Stock Exchanges – a Report on Progress”, da própria SSE.

Sonia Favaretto integra o conselho do EPC (Empresas Pelo Clima), da FGV; o Stakeholder Council, do GRI; o CDP (Carbon Disclosure Project) no Brasil e na América Latina; e é presidente do Conselho Consultivo do Ponto Focal Brasil da GRI.



Considerações finais

Em seu comentário final, Mário Sérgio Vasconcelos lembrou que a iniciativa do Workshop é facilitar o caminho das instituições financeiras nas questões de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental, “não apenas porque a FEBRABAN aguarda uma legislação, mas, principalmente, porque temos a crença de que esse movimento é inevitável e crescente”.

“As questões de sustentabilidade muitas vezes não são colocadas como coisas urgentes, mas nem por isso significa dizer que elas não são absolutamente necessárias. A vantagem de já iniciarmos esse trabalho antes mesmo da regulação ser editada é antecipar algumas soluções que nos serão cobradas logo mais adiante. Com isso, evitar impactos que aparecerão logo mais frente e para os quais nós já estaremos preparados.”

CRÉDITOS

Redação

Agência Fato Relevante

Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos

Projeto Gráfico

Felici Design Estratégico

Fotos

Rafael Rezende



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE
FEBRABAN

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1485, 15º ANDAR | CEP 01452-921 | SÃO PAULO | SP

WWW.FEBRABAN.ORG.BR